

Potencialidades do uso da Pesquisa-ação em Contabilidade Pública

Resumo:

Ante o cenário atual da educação no Brasil, retoma-se a discussão sobre a necessidade de aproximar a academia da sociedade, como uma forma de reduzir a distância entre o mundo teórico e o prático, visando à resolução de problemas sociais cotidianos. Ressurge, assim, a pesquisa-ação, como uma consistente opção metodológica dentro das ciências sociais. O uso dessa metodologia tem o objetivo de provocar uma mudança ou uma transformação libertadora em determinado contexto social pré-existente, contando com a participação e interação dos atores sociais no campo da pesquisa, inclusive dos pesquisadores. Nesse sentido, a pesquisa-ação visa construir um conhecimento sobre determinada realidade social, a partir das distintas visões de mundo que os participantes apresentam, de forma articulada na ampliação, construção, desconstrução de novos saberes. Assim, no presente ensaio, retomam-se as possibilidades do uso da pesquisa-ação no campo da contabilidade pública, numa breve apresentação da origem, dos conceitos e objetivos do método. Em seguida são discutidas as premissas e abordagens da pesquisa-ação, bem como suas características e as distintas formas de operacionalização, além de se possibilitar uma reflexão acerca das potencialidades de seu uso em pesquisas acadêmicas. Desse modo, espera-se contribuir para a pesquisa no campo da contabilidade pública, com uma alternativa metodológica emergente que aproxime a realidade social da academia, proporcionando dignidade e mudança na realidade social, no Brasil.

Palavras chave: PESQUISA-AÇÃO; CONTABILIDADE PÚBLICA; MUDANÇA SOCIAL.

Linha Temática: PESQUISA E ENSINO DA CONTABILIDADE

1. Introdução

O cenário atual brasileiro retoma a discussão sobre o papel e a importância da universidade na geração de valor e conhecimento para a sociedade (Lodi; Thiollent & Sauerbronn, 2018). Diante dos problemas sociais que nos cercam, considera-se vital para os pesquisadores das ciências sociais, essencialmente da contabilidade pública, a expansão de novas possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. Identifica-se, ainda, o uso excessivo da abordagem positivista nas pesquisas de contabilidade, com a utilização de metodologias quantitativas, assim como uma grande preocupação com as métricas de produção, associadas às publicações científicas (Xavier & Barros, 2017), em contrapartida ao interesse menor quanto às questões locais sobre as realidades vividas e aos problemas sociais existentes no entorno das universidades.

Passa a ser elementar a percepção, por parte dos pesquisadores, sobre a necessidade iminente de aproximar as universidades das demandas sociais, com a produção de novos saberes, assim como a própria pulverização do conhecimento já construído. Nesse sentido, a pesquisa-ação é uma metodologia que desafia a quebra dessa distância, entre a universidade e a sociedade, e apresenta-se no rol das pesquisas qualitativas cientificamente estruturadas, que proporciona aos pesquisadores múltiplas lentes teóricas para, de fato, provocar as mudanças e/ou alterações de problemas sociais existentes em face da sociedade. A retomada da possibilidade da pesquisa-ação em contabilidade pública faz sentido, quando se pode notar a eficiência da aplicação metodológica em estudos organizacionais (Thiollent, 1986), educacionais (Gardner, Snyder & Zuguy 2019; Warren & Glass 2019; Agard; Ansari; Conner; Ferman; Pappas & Shiller, 2019), e de políticas públicas (Stoudt; Torre; Bartley; Bissell; Bracy; Caldwell; Dewey; Downs; Greene; Haldipur; Lizama; Hassan; Manoff; Sheppard & Yates, 2019).

Neste ensaio, inicialmente, apresenta-se a origem, o conceito e os objetivos da pesquisa-ação dentro do campo da ciência social, assim como são apresentadas as premissas e abordagens para sustentar o conhecimento científico. Na sequência, são expostas suas características e operacionalização com múltiplos métodos qualitativos para o desenvolvimento científico, concluindo-se com algumas reflexões potenciais para a aplicação dessa metodologia de pesquisa, de forma inovadora, na contabilidade do setor público.

Desse modo, espera-se chamar a atenção dos pesquisadores acadêmicos sobre a potencialidade do uso da pesquisa-ação, essencialmente na provocação de mudança relativa aos problemas sociais, nos quais as universidades também estão inseridas.

2. Origem, conceito e objetivos da Pesquisa-ação

O termo pesquisa-ação é identificado desde os antigos empiristas gregos, seguindo identificado na Alemanha, em 1913, e, no período da Segunda Guerra Mundial, com o apontamento de John Collier na busca da melhoria das relações inter-raciais (Tripp 2005). No ambiente acadêmico, no entanto, a origem da pesquisa-ação foi marcada somente em 1946, com o reconhecimento de Kurt Lewin, no campo da Psicologia Social. O psicólogo Lewin foi o primeiro pesquisador a publicar sobre a necessidade de ampliação do conhecimento metodológico nas ciências sociais, assim como que era necessária uma mudança social na aproximação do conhecimento científico à sociedade, em um verdadeiro desafio de aplicação da teoria à prática, ou vice-versa por uma chamada a “distintas visões de mundo” (Tripp, 2005; Lodi; Thiollent & Sauerbronn, 2018; Fogarty, 2017).

Conceituar pesquisa-ação pode trazer algumas dificuldades por ser tão natural em relação a vários aspectos quanto à possibilidade de ter diversas aplicações, como, por exemplo, uma ação por si só (Tripp, 2005; Fogarty, 2017). Dentre alguns conceitos, têm-se a compreensão de tratar-se de uma pesquisa social, baseada em um processo empírico, com critérios e abordagens científicas, sustentando-se como um método ou uma metodologia (Fogarty, 2017; Thiollent, 1986; Lodi; Thiollent & Sauerbronn, 2018). Nesse sentido, a definição trazida por Reason e Bradburdy (2008, p. 4) ajuda a elucidar a cientificidade da pesquisa:

A pesquisa-ação é um processo participativo, preocupado em desenvolver o conhecimento prático, na busca de objetivos humanos que valham a pena. Busca reunir ação e reflexão, teoria e prática, em participação com os outros, na busca de soluções práticas para questões de preocupação premente com as pessoas, e, mais geralmente, o florescimento de pessoas individuais e suas comunidades.

A pesquisa-ação busca estreitar a distância entre o mundo acadêmico teórico (pesquisadores) e o mundo real prático (participantes), possibilitando não só a resolução ou transformação de problemas, mas também o desenvolvimento de conhecimento, a partir da existência de determinado contexto social, conforme conceitua Thiollent (1986, p. 14):

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica, que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Assim, a pesquisa-ação proporciona um espaço emancipatório, libertador e transformacional, visto que os processos globais contemporâneos e o contexto sócio-histórico são os principais contribuintes para o seu desenvolvimento. Pesquisadores buscam distinguir a liberdade de transformar com a definição de cada construto acerca de uma estrutura ontológica e epistemológica, com as pesquisas profundas ao longo da história, por conta da amplitude dos movimentos sociais e revolucionários, com múltiplos significados. A consciência crítica é reconhecida como a centralidade tanto para um processo de autoinvestigação, como de autoaprendizagem, para encontrar respostas as suas próprias perguntas, proporcionando uma descrição sobre o que somos na qualidade de humanistas radicais (Lykes & Mallona 2008).

A concepção de mundo, dentro no contexto social, atua com diferentes mundos individuais de vida, que se entrelaçam pela multiplicidade e difusão de cada indivíduo envolvido. Essa estrutura universal de identidade de mundo é concebida por Habermas, pelo conceito de “mundo da vida”, demonstrado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1. Componentes do mundo da vida

Cultura	Sociedade	Pessoa
Reproduzido via cultural, que liga situações recentemente emergentes às condições existentes na dimensão semântica.	Reproduzido via integração social, que liga o novo surgimento das situações às condições existentes em uma dimensão do espaço social.	Reproduzido via socialização, que liga o novo surgimento das situações às condições existentes em uma dimensão do tempo histórico.
Reprodução cultural assegura a continuidade da tradição e coerência do conhecimento.	Ação de coordenadas de integração social, via social ordenada legitimamente dos relacionamentos e empresta constância à identidade dos grupos.	Socialização assegura a aquisição de capacidades generalizadas de ação para as gerações futuras e cuida de harmonizar histórias de vida individuais e formas de vida coletivas.

Reprodução cultural renova esquemas interpretativos suscetíveis de consenso ("conhecimento válido").	Integração social renova legitimamente, ordenando as relações sociais (Solidariedades).	Socialização renova capacidades para interação ("identidades pessoais").
--	---	--

Fonte: Adaptado de Kemmis (2008, p. 130).

Verifica-se, dessa forma, que a pesquisa-ação deve ser desenvolvida com amparo de um arcabouço teórico, buscando compreender como a visão de mundo dos indivíduos pode colaborar com a teoria, ou vice-versa, para que a pesquisa não seja fruto de amadorismo e venha, como ciência, a ser marginalizada. Alguns objetivos potenciais, a serem alcançados, são apresentados por Thiollent (1986, p. 41) e levam em consideração:

- A coleta de informação original acerca de situações ou de atores em movimento,
- A concretização de conhecimentos teóricos, obtida de modo dialogado na relação entre pesquisadores e membros representativos das situações ou problemas investigados,
- A comparação das representações próprias aos vários interlocutores, com aspecto de cotejo entre saber formal e saber informal acerca da resolução de diversas categorias de problemas,
- A produção de guias ou de regras práticas para resolver os problemas e planejar as correspondentes ações,
- Os ensinamentos positivos ou negativos quanto à conduta da ação e suas condições de êxito,
- Possíveis generalizações estabelecidas a partir de várias pesquisas semelhantes e com o aprimoramento da experiência dos pesquisadores.

Com esses objetivos, já foram desenvolvidas algumas pesquisas em perspectivas pessoais, políticas e teóricas, influenciando e contribuindo com a pesquisa-ação nas áreas da filosofia, psicologia, política, organizacional, medicina, história, serviço e assistência social. Essas pesquisas abordaram questões raciais, de crença, gênero e preconceitos, sob fundamentos epistemológicos e com teorias críticas, desenvolvidas no âmbito geográfico da África, Ásia, Escandinávia, Brasil, Estados Unidos, entre outros (Reason & Bradbury, 2008; Bockstael, 2017).

2.1. Premissas e abordagens da pesquisa-ação

Para melhor se compreender a expansão das abordagens existentes sobre os contextos sociais emergentes, é possível afastar a pesquisa-ação das generalizações trazidas, por vezes, nas pesquisas positivistas, por meio de engajamento e participação dos pesquisadores no fenômeno que está sendo avaliado (Sauerbronn; Cerchiaro & Ayrosa, 2011; Thiollent, 1986). O deslocamento da tradição positivista pode ser analisado a partir das premissas ontológicas, axiológicas e epistemológicas, conforme exposto a seguir, na Tabela 2.

Tabela 2. Premissas e abordagens de pesquisas acadêmicas

Premissas	Abordagens	
	Positivistas	Interpretativistas
Ontológicas	Realismo é objetivo e ingênuo	Realismo é objetivo-subjetivo
Axiológicas	Explicação e predição	Compreensão
Epistemológicas	Generalizável na causa e efeito	Historicizada no tempo e no contexto do lugar

Fonte: Adaptado de Sauerbronn, Cerchiaro e Ayrosa (2011).

Para Sauerbronn, Cerchiaro e Ayrosa (2011), a premissa ontológica busca identificar a natureza de algo a ser conhecido do mundo social, na relação estabelecida entre os pesquisadores (observadores) e o objeto (observado). Na abordagem positivista, a pesquisa se apresenta predominantemente dedutiva e conceitual, com a utilização de recursos quantitativos em que a realidade é concebida como objetiva, compreensível e fragmentável. Já, na abordagem interpretativista, a realidade é objetiva-subjetiva e construída pela visão social de mundo entre os pesquisadores e o objeto, considerando múltiplos sentidos, significados, crenças, atitudes, intenções e até mesmo estado situacional, essencialmente quando o objeto observado é, também, um indivíduo com ações comportamentais pluralistas diante de determinado fenômeno social (Laville & Dionne, 1999).

Segundo ainda Sauerbronn, Cerchiaro e Ayrosa (2011), a premissa axiológica e a formação de valor da abordagem positivista têm o poder de explicar e interpretar o objeto do estudo, a partir de métodos quantitativos para predizer a realidade. A abordagem interpretativista, por seu turno, se utiliza de métodos qualitativos em busca de compreender como o objeto se posiciona, pelo entendimento que existem investigações complexas a serem feitas, tanto por parte do observador quanto do objeto observado.

Visando saber como a pesquisa prossegue e o que deve ser considerado como conhecimento para a abordagem positivista, a premissa epistemológica se baseia na abstração generalizável das variáveis que estão sendo interpretadas para dizer a verdade. Isso, muitas vezes, propicia manter uma relação de causa e efeito, inclusive quando o objeto do estudo é o próprio indivíduo. Já, os interpretativistas buscam, no fenômeno, as suas particularidades no tempo, lugar, experiências e outras razões para a compreensão da verdade, no entendimento que o mundo é tão complexo quanto as ações dos atores envolvidos no processo (Sauerbronn; Cerchiaro & Ayrosa, 2011; Laville & Dionne, 1999).

A pesquisa-ação pode ser inserida em outras abordagens de pesquisa, conforme demonstram Jordan (2003), Smith (2007) e Torre, Stoudt, Manoff e Fine (2018) ao publicarem algumas pesquisas "participativas", com abordagens "coproduzidas" ou "engajadas", em forma de quadrantes acerca de conhecimento e poder. A Figura 1, a seguir ilustra essas inserções.

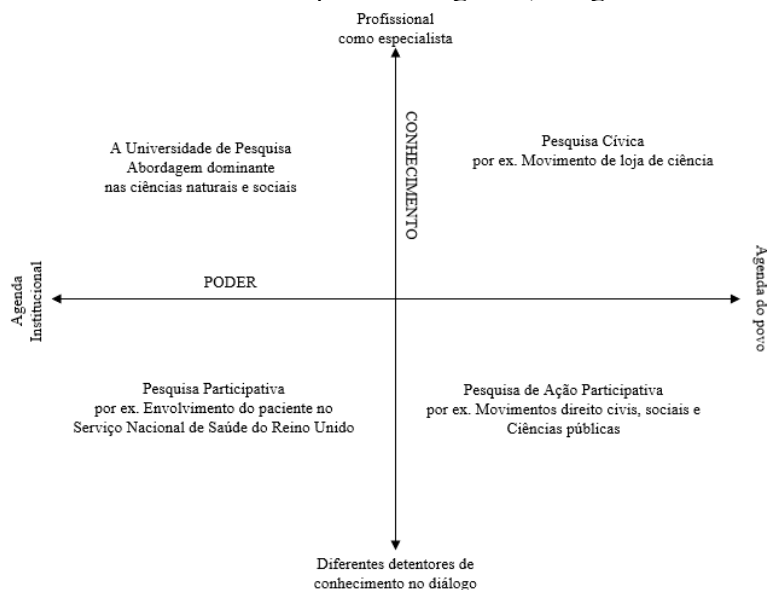


Figura 1. Pesquisa-ação inserida no contexto de outras abordagens de pesquisas

Fonte: Adaptada de Wakeford e Rodriguez (2018, p. 24).

Nota-se, na Figura 1, no primeiro quadrante superior esquerdo, que os pesquisadores identificam-se como “seres participativos”, detentores do conhecimento dentro do ambiente universitário. No segundo quadrante superior direito, os pesquisadores mantêm a voz participativa, mas atendem à agenda de pesquisa por quem tem a experiência de vida. Já nos quadrantes inferiores, os pesquisadores se afastam da voz ativa, dando espaço aos detentores de conhecimento, observando-se que, no quadrante inferior esquerdo, eles são movidos por uma agenda institucional, enquanto no quadrante inferior direito passam a ter um conhecimento de coprodução entre os pesquisadores e as experiências vividas pelos participantes, seguindo uma agenda de pesquisa cotidiana e coletiva, como uma agenda de povo.

Considerando a potencialidade da pesquisa-ação, a partir da interação com múltiplas visões de vida, verificam-se algumas abordagens híbridas, buscando compreender as vozes que, por vezes, são excluídas em pontos cegos das pesquisas tradicionais, decorrentes de certas limitações. Logo, uma estrutura mais robusta de pesquisa pode desafiar a epistemologia presente nos paradigmas atuais, amparados, ainda, nas condições históricas do patriarcado e do colonialismo (c).

Tabela 3. Diferentes visões de mundo, informando abordagens para pesquisa

Visão de mundo / aspecto	Física / Ciência quantitativa	Qualitativa / Investigação artística	Fazendo pesquisa híbrida inclusiva
Objetivos	Descobrir verdades universais, escalando para áreas ou populações maiores; prever estados futuros do mundo, controlando o comportamento	Desvendar verdades aceitas; construir verdades pessoais; explorar o específico; gerar e arte	Construir conhecimentos situados, incomodando a tomada concedida e a orientação pragmática para os profissionais
Questões	O que isso significa, do ponto de vista dos pesquisadores? Qual é a relação com os fatores? Quais comportamentos foram previstos?	Como podemos lidar com a vida? Quais outras maneiras podemos imaginar? O que é único na minha experiência ou em outras experiências?	Como os participantes entendem seu mundo? Como podemos construir um mundo diferente? Quais são as implicações práticas do nosso trabalho?
Métodos	Codificando e medindo; amostragem aleatória; frequências de comportamentos; pesquisas; entrevistas estruturadas	Diálogo; desempenho; introspecção; artes visuais; narrativa	Grupos de discussão; teoria fundamentada; pesquisa de ação participativa; histórico coletivo / pesquisa arquivística

Fonte: Adaptado de c p. 26).

Nesse aspecto, observa-se que a visão de mundo pode ser construída por conhecimento, a partir de como as pessoas entendem o mundo e como o constroem, saindo um pouco da narrativa e da codificação realizada, muitas vezes, pelas pesquisas positivistas.

2.2. Características da pesquisa-ação

A pesquisa-ação visa uma mudança, uma transformação, como forma emancipatória e libertadora a partir de uma abordagem crítica aos paradigmas dominantes, buscando compreender os contornos sociais existentes e que merecem investigações, essencialmente sobre as estruturas de conhecimento e poder. Desse modo, as características da pesquisa-ação vêm ganhando espaço na academia, conforme apontam Reason e Bradbury (2008), na Figura 2, a seguir.

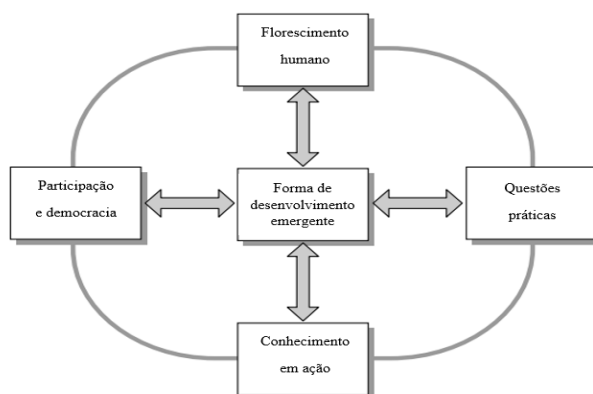


Figura 2 – Características da pesquisa-ação

Fonte: Adaptada de Reason e Bradburdy (2008, p.5).

Observando-se a Figura 2, nota-se que a forma de desenvolvimento emergente atua na centralidade com a interação concomitante dos quatro eixos: i) participação e democracia; ii) florescimento humano; iii) questões práticas; e iv) conhecimento em ação. Porém, para Checkland e Holwell (1998, p. 19), a literatura tem sido negligente na potencialidade da pesquisa-ação em promover esse desenvolvimento social, e apontam, com riqueza, as 15 (quinze) características desenvolvidas por Eden e Huxham em 1996:

- i. o pesquisador pretende mudar a organização;
- ii. deve haver implicações além da situação específica;
- iii. a pesquisa busca a teoria como uma preocupação explícita;
- iv. quaisquer ferramentas, técnicas ou modelos desenvolvidos precisam ser vinculados ao desenho de pesquisa;
- v. a teoria emergente, emergirá dos dados e da teoria inicial;
- vi. a construção de teoria será incremental e cíclica;
- vii. a apresentação deve reconhecer prescrição e descrição;
- viii. haverá uma ordem na abordagem;
- ix. a exploração de dados e a construção de teoria devem ser explicáveis a outros;
- x. relatórios posteriores fazem parte da exploração e do desenvolvimento da teoria;
- xi. i-x são necessários, mas não suficientes para a pesquisa-ação válida;
- xii. é usado quando outros métodos não são apropriados;
- xiii. a triangulação é usada, se possível;
- xiv. a história e o contexto recebem o devido peso; e
- xv. a disseminação dos resultados vai além dos envolvidos em um estudo.

Para os autores, os itens v e viii são os que merecem mais cuidados com a declaração prévia dos pesquisadores quanto à teoria e ao processo metodológico. Com exceção do item xi, que é considerado como um ponto de meta-nível sobre o conjunto. Essas características foram utilizadas pelos autores nas suas experiências, no programa de pesquisa de 25 (vinte e cinco) anos da Lancaster (Checkland & Holwell 1998).

Outras características foram introduzidas, visando orientar a pesquisa-ação, como as desenvolvidas por Wakeford e Rodriguez (2018, p. 12), consideradas fundamentais:

1. tentar contribuir para uma melhoria de condição através de ciclos repetidos de ação coletiva e reflexão, com os membros do coletivo, todos trabalhando em pé de igualdade;
2. levantar duas questões relacionadas: ‘Quem tem conhecimento relevante?’, e ‘quem deve ter o poder?’;

3. responder a essas perguntas, desafiando as suposições de autonomia acadêmica (ou seja, que pesquisadores profissionais sabem melhor e, portanto, devem estar no comando);
4. exigir que as instituições de pesquisa decidam a agenda de seus programas de pesquisa em colaboração com outras instituições que possuem conhecimento relevante e podem ser afetadas pelo seu resultado;
5. visar apoio no diálogo intercultural entre aqueles, cujo conhecimento e interesses têm sido historicamente marginalizados, e tratados apenas como objetos de pesquisa, e os especialistas e instituições em posições dominantes;
6. encorajar pesquisadores profissionais a abandonarem o mito de neutralidade e se envolverem mais plenamente nas lutas relacionadas a pessoas que estão sofrendo opressão, colocando-se, assim, economicamente, socialmente e potencialmente fisicamente em risco.

O desafio da autonomia dos pesquisadores (item 3) tem relação com a lógica de poder e privilégio sob os demais participantes, tendo em vista que a academia lhe confere o poder do conhecimento, assim como o privilégio pela “chancela institucional”. Assim, a ruptura dessa lógica pode ser realizada pelo estabelecimento de confiança com os participantes, no resgate da sua posição como indivíduo comum, inserido no mesmo contexto social, racial, de crenças, entre outros (Agard et al., 2019).

Outro desafio dos pesquisadores refere-se ao seu papel dentro da academia, tendo em vista a existência de uma estrutura hierárquica de poder que lhes confere algumas vantagens e desvantagens e que, ao se enveredarem para o engajamento na pesquisa-ação, podem incorrer no risco da perda de sua legitimidade como “bons pesquisadores”, pelo enquadramento de “pesquisadores amadores” ou “pesquisadores marginalizados” (Agard et al., 2019). A pesquisa-ação, porém, vem retomando o espaço na literatura, justamente pela compreensão de que a pesquisa básica vem da ação humana, do agir natural, inclusive a própria ação dos pesquisadores, para comprovar a existência de uma realidade, a que Hannah Arendt chama de “efetivação da condição humana da pluralidade”, pela qual todos estão inseridos (Arendt, 2007).

Além disso, os pesquisadores têm o desafio de não deixar que a pesquisa-ação seja confundida com uma pesquisa intervencionista ou com uma consultoria, essencialmente dentro de uma organização, com suas estruturas hierárquicas de poder, tendo em vista duas diferenças básicas: i) na pesquisa-ação, o pesquisador é um participante inserido no fenômeno; e ii) ele não visa remuneração e intervenção de conhecimento (Fogarty, 2017). Logo, é pelo estabelecimento de compromisso que os pesquisadores têm em estreitar a dicotomia entre a academia e o mundo profissional, com a construção de proposições que porventura tenham ficado obscuras entre esses dois mundos, com os atores organizacionais, como os maiores beneficiários das mudanças ou soluções, em não incorrerem em possíveis constrangimentos dentro do desenvolvimento e das descobertas da pesquisa (Fogarty, 2017).

2.3. A pesquisa-ação e sua operacionalização

Observando-se o exposto até aqui, neste ensaio, a origem, os conceitos, objetivos, as premissas e abordagens, e as características da pesquisa-ação, percebe-se que essa metodologia pode ser desenvolvida a partir da delimitação dos problemas identificados em uma base empírica, com a descrição da situação concreta, que merece atenção coletiva sobre a mudança ou transformação a ser realizada. Ou seja, a teoria orienta, controla e progride a observação e descrição das situações encontradas, afastando o empirismo de algo apenas retórico ou

simbólico (Thiollent, 1986). Representado na Figura 3, a seguir, o ciclo de investigação, elaborado por Tripp (2005), por exemplo, elucida uma orientação metodológica.

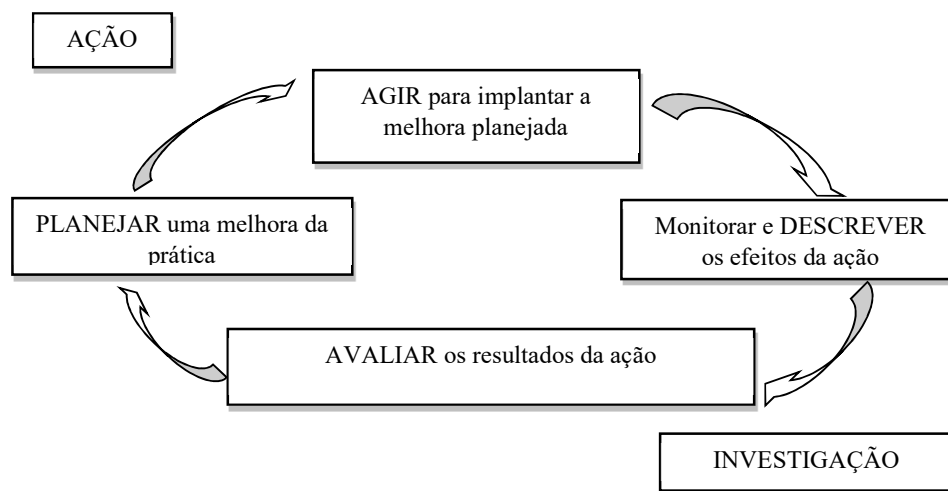


Figura 3. Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação

Fonte: Adaptada de Tripp (2005, p. 446).

Resumindo o que se pode entender da Figura 3, têm-se que ela apresenta a ação e a investigação como constantes durante todo o processo cíclico entre as fases: planejar, agir, descrever e avaliar, demonstrando, assim, a complexidade da pesquisa.

Seguindo a ideia de ciclos, espera-se que a pesquisa-ação provoque mudanças ao desenvolvimento metodológico, até então utilizado nas pesquisas com pensamento sistemático. Essa mudança considera que os pesquisadores estão envolvidos no fluxo das situações sociais do mundo real, princípio básico da pesquisa-ação. Assim, é essencial que os pesquisadores declarem, antecipadamente, a estrutura intelectual que os leva a descobrir novas lições de pesquisa, sustentando-se em um arcabouço teórico robusto, que seja capaz de direcioná-los em todo o ciclo da pesquisa, conforme se pode observar, a seguir, na Figura 4 (Checkland & Holwell, 1998).

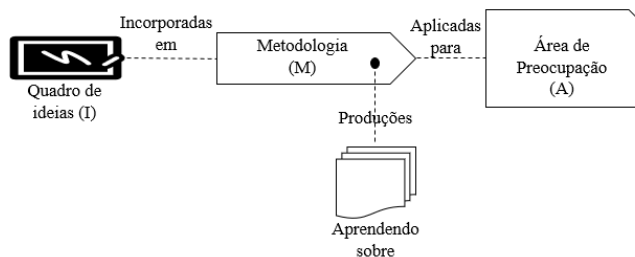


Figura 4. Elementos relevantes para qualquer pesquisa

Fonte: Adaptada de Checkland e Holwell (1998, p. 13).

Nota-se, na Figura 4, a representação de uma estrutura intelectual produzida pelos pesquisadores que os levará, em termos epistemológicos, à pesquisa a ser produzida, evitando possível negligência sob a vulnerabilidade à crítica positivista, que é resoluta ao teste de hipóteses, como método tradicional em pesquisas de fenômenos sociais (Checkland & Holwell, 1998).

Até a obtenção de novos saberes e descobertas, os pesquisadores saem a campo a partir de temáticas de pesquisas já estruturadas, deixando declaradas as suas ideias e a metodologia que pretendem seguir. E é a partir da sua participação, dentro de uma realidade com distintas visões de mundo, que surge a reflexão capaz de conduzir novas produções ou novas temáticas de pesquisas, conforme demonstrado na Figura 5, a seguir.

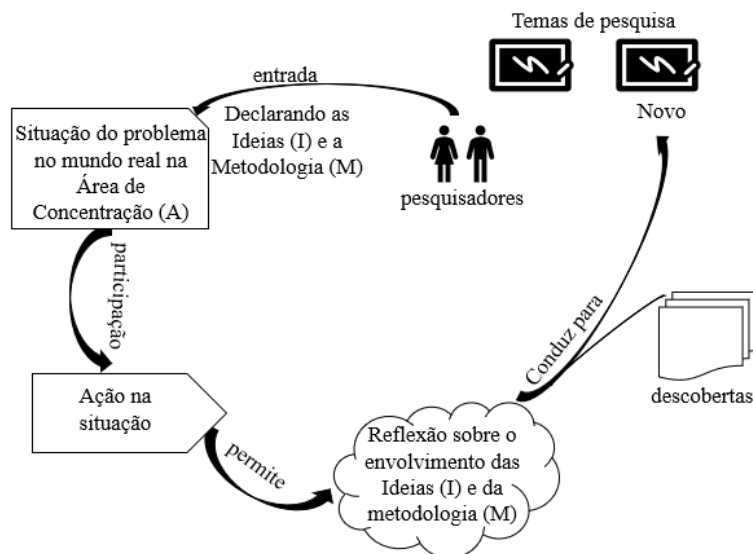


Figura 5: O ciclo de pesquisa-ação em situações humanas

Fonte: Adaptada de Checkland e Holwell (1998, p. 15).

Checkland e Holwell (1998) compreendem que esse ciclo (Figura 5) abrange a inserção de uma situação-problema de pesquisa, pela declaração da epistemologia em termos da qual o aprendizado será registrado, avaliado e reconhecido com a participação dos pesquisadores no processo. Desse modo, acaba por implicar o desenvolvimento de um processo de pesquisa (Figura 6).

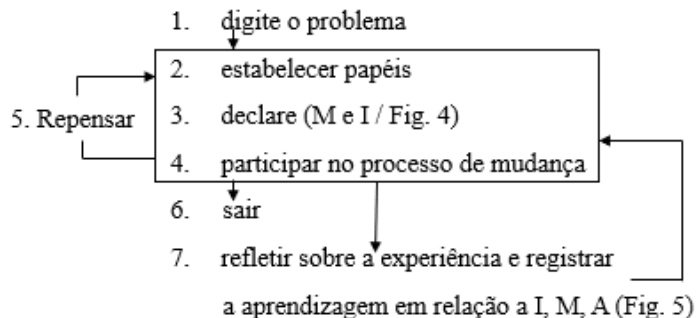


Figura 6. O processo de pesquisa-ação

Fonte: Adaptada de Checkland e Holwell (1998, p. 15).

Após a sugestão da operacionalização que a pesquisa-ação pode ser desenvolvida, identificam-se, dentro do ciclo proposto na Figura 5, algumas fases, em momentos distintos, que podem ser aprofundadas, conforme apontamentos de Lodi, Thiollent e Sauerbronn (2018), descritos na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5. Fases da operação da pesquisa-ação

Fase Exploratória	Colocação de Problemas	Discussão sobre a relevância científica e prática do que está sendo pesquisado
	Referencial Teórico	Articulação com referencial teórico, de acordo com local onde será realizada a pesquisa
	Problematização	Proposições formuladas pelos pesquisadores a respeito de possíveis soluções para problemas levantados
	Seminário	Discussão e tomada de decisões acerca da investigação (definição de temas e problemas); constituição de grupos de estudos; definição de ações, acompanhamento e avaliação de resultados
	Coleta de Dados	Definição das técnicas de coleta de dados a serem utilizadas – entrevistas em profundidade, entrevistas episódicas, grupos focais, levantamentos, observação-participante
Fase Analítica	Apresentação de Dados	Apresentação de dados para discussão, análise e interpretação
	Aprendizagem	Ações investigadas envolvem produção e circulação de informações, tomadas de decisão, supondo capacidade de aprendizagem dos participantes
	Saber Formal e Informal	Interação entre saberes prático e teórico que constroem novos conhecimentos
Fase Ativa	Plano de Ação	Definição dos atores, da relação entre eles, quem são os líderes, quais os objetivos e os critérios de avaliação da pesquisa, continuidade frente às dificuldades, quais estratégias serão utilizadas para assegurar a participação dos sujeitos, incorporação de sugestões e qual a metodologia de avaliação conjunta de resultados
Fase Avaliativa	Avaliação de Efetividade	Controle da efetividade das ações no contexto social da pesquisa e suas consequências a curto e médio prazos
	Avaliação de Conhecimento	Extração dos conhecimentos necessários para estender as ações realizadas a outros casos
	Divulgação Externa	Nessa fase, ocorre o retorno dos resultados da pesquisa aos participantes, divulgação dos resultados em eventos, congressos, conferências, teses e publicações científicas.

Fonte: Lodi; Thiollent e Sauerbronn (2018).

Observa-se que a pesquisa-ação não perde a sua cientificidade por ter uma estrutura diferente da tradicional, ou por não ter uma hipótese concreta de pesquisa igual a tradicional feita pelo positivismo, a não ser um objetivo de provocar uma mudança social, a partir de uma grande temática. Nesse sentido, propõe-se, neste ensaio, que os pesquisadores acadêmicos permitam-se a sair do papel de detentores do conhecimento e entrem no campo apenas com as ideias e a metodologia (Figura 5), a fim de deixar emergir o conhecimento com os demais participantes, diante do contexto da pesquisa, mesclando as fases proposta na Tabela 5. Ou seja, que considerem que todos os participantes são detentores de conhecimentos próprios, individuais por meio das suas visões de mundo, e que são capazes de construir, desconstruir de forma conjunta, saberes para provocar uma transformação inovadora em determinada realidade social.

3. Potencialidades da pesquisa-ação em contabilidade pública

Os estudos acadêmicos em contabilidade são marcados pelo positivismo, com a utilização predominante de metodologias quantitativas. Não há uma identificação clara, até então, da adoção de pesquisa-ação nesse campo das ciências sociais (Lodi; Thiollent & Sauerbronn, 2018). Contudo, a pesquisa-ação, desde o seu marco histórico, em 1940, com Kurt Lewin, já utilizava essa metodologia para as atividades no desenvolvimento de recursos humanos em estudos de gestão (Tripp, 2005; Lodi; Thiollent & Sauerbronn, 2018), assim como, em estudos organizacionais, a partir de 1960 (Thiollent, 1986).

A pesquisa-ação vem ganhando espaço no campo da investigação social das ciências sociais, como uma forma de aprendizado emancipatório. Essa metodologia de pesquisa utiliza ferramentas distintas para consubstanciar a sua cientificidade, tais como: entrevistas, questionários, grupos focais, cursos com temáticas, fotografias, pesquisa observação, triangulação e até mesmo dados secundários (Lodi; Thiollent & Sauerbronn, 2018; Agard et al., 2019; Torre et al., 2018). Além disso, possibilita a construção, ampliação e desconstrução de conhecimento, com respaldo nas teorias que sejam articuladas acerca de uma realidade pré-existente, na busca de uma mudança de mundo (Kemmis, 2008; Wakeford & Rodriguez, 2018), com uma abordagem interpretativista (Lodi; Thiollent & Sauerbronn, 2018) híbrida (Wakeford & Rodriguez, 2018).

Denota-se, a partir da Figura 5, antes apresentada, que o *design* cíclico da pesquisa não retira a sua validade e o reconhecimento científicos, uma vez que o que difere a pesquisa-ação da pesquisa tradicional é apenas uma questão de ordem, isto é, na pesquisa tradicional, a estrutura é linear (Checkland & Holwell, 1998). O ciclo permite que os participantes atuem em repetidas ações coletivas e reflexões em pé de igualdade, o que garante uma das características fundamentais da pesquisa-ação. Por exemplo, o pesquisador participante tem o conhecimento teórico (mundo teórico), e o participante do campo social tem o conhecimento prático (mundo real), e ambos têm visões de mundo que podem ser compartilhadas e compreendidas, considerando ainda que o próprio pesquisador pode fazer parte do contexto social que está sendo investigado. Assim, surge uma oportunidade de criar e/ou mudar uma realidade a partir de uma nova visão de mundo construída por “eles” e para “eles” (Stoudt et al., 2019; Agard et al., 2019).

É nesse sentido, que se deve compreender a contabilidade como uma ciência social; e a contabilidade pública é considerada como uma ferramenta da gestão pública (Iudícibus; Martins & Carvalho, 2005; Caperchione, 2003; Da Silva Neto, Gomes da Silva & Gonçalves, 2015), cujo objetivo é o interesse público em prol da sociedade na geração de valor e de bem-estar (Conselho Federal de Contabilidade - CFC, 2016). E, segundo a estrutura conceitual da contabilidade pública, todo cidadão é um usuário da informação contábil, pois são os “cidadãos que recebem os serviços do governo e de outras entidades do setor público e proveem parte dos recursos para esse fim” (CFC, 2016, p.11).

O cidadão está inserido na contabilidade pública por ser o provedor dos recursos públicos para o funcionamento da máquina estatal, assim como é quem recebe os serviços públicos prestados pelos governos (CFC, 2016). Logo, existe um espaço para compreender o papel desse cidadão na sociedade, como um usuário da informação contábil, pelo propósito que a própria regulação contábil tem em alcançar a teoria por meio “dos efeitos observados empiricamente da regulação ‘em ação’ no mundo real” (Iudícibus & Martins, 2015, p. 8).

Outro ponto potencial do uso da pesquisa-ação emerge, essencialmente, quando a

própria sociedade brasileira questiona o papel da pesquisa no Brasil. Assim, uma pesquisa investigativa é possível de ser realizada para compreender também essa sociedade, podendo ser expandida, por exemplo, como uma “ciência da calçada” (Stoudt et al., 2019), para identificar que conhecimentos os cidadãos têm da contabilidade pública, na geração de valor e bem-estar social, na prestação de serviços públicos, ou, ainda, sobre o valor que a contabilidade pública pode fornecer por meio da prestação de contas e desempenho dos recursos públicos de determinado governo.

Lodi, Thiollent e Sauerbronn (2018) apontam uma distorção possível em muitas pesquisas que utilizam a pesquisa-ação no Brasil, fundamentalmente pela ideologia de competição capitalista, mantendo um afastamento da intenção original dessa metodologia, o que faz sentido, tendo em vista que já é consolidado que não há imparcialidade em pesquisa. Por outro lado, as ideologias extremas também fazem parte de um problema social a ser resolvido, podendo ser consideradas como um grande desafio aos pesquisadores que buscam descolamento dos estudos tradicionais.

4. Considerações Finais:

A potencialidade do uso da pesquisa-ação nas ciências sociais pretende alcançar uma mudança ou transformação no campo social, razão pela qual essa metodologia torna-se tão emergente acerca dos distintos questionamentos sobre o papel da pesquisa científica no Brasil. Pesquisadores em contabilidade ainda estão distantes do aprofundamento metodológico para uma melhor compreensão da realidade, que muitas vezes fica obscura em seus métodos positivistas.

O pesquisador dentro do campo da pesquisa, como um participante, tem a oportunidade de interagir com as múltiplas visões de mundo que venham a emergir nesse aprofundamento metodológico. Assim, novos conceitos teóricos de uma realidade podem surgir e servir tanto para a academia quanto para a sociedade, resultando na resolução de alguns problemas sociais, propiciando benefício e bem-estar em determinada localidade.

Como mencionado por Lodi, Thiollent & Sauerbronn (2018), percebe-se que a contabilidade precisa de maior aprofundamento na metodologia da pesquisa-ação. Em primeiro lugar, observa-se um deslocamento do campo das ciências sociais, essencialmente da contabilidade pública. Em segundo, as organizações públicas apresentam problemas organizacionais de interesse público, acerca de modelos de gestão funcionalistas. E, por último, sem pretensão de esgotar o campo público, faz-se pertinente evidenciar que as ciências sociais são compostas de indivíduos e estes interagem no ambiente por meio de suas “ações”.

O momento atual da educação no Brasil carece de uma aproximação da academia e da sociedade, sendo passível de ser explorado pelo uso da pesquisa-ação em estudos das ciências sociais, e pode ser relevante para a resolução de problemas sociais. Além disso, a pesquisa-ação oferece a construção epistemológica de novos saberes a partir da compreensão das ações humanas e das distintas visões de mundos que os atores sociais podem oferecer para o desenvolvimento de novas teorias.

Referências:

- Agard, C., Ansari, Z., Conner, J., Ferman, B., Pappas, L., & Shiller, J. (2019). Education policy analysis archives lingering questions. *Education Policy Analysis Archives* 27(55): 2–27.
- Arendt, H. (2007). *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- Bockstael, E. (2017). Critical capacity development: an action research approach in coastal Brazil. *World Development* 94: 336–45.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.01.017>.
- Caperchione, E. (2003). Local government accounting system reform in Italy : A Critical Analysis , *Journal of Public Budgeting , Accounting & Financial Management* , Vol. 15 , Num. 1 , Spring 2003 , PrAcademi ... *J. of Public Budgeting, Accounting & Financial Management* 15(1).
- Checkland, P., & Sue Holwell. (1998). Action research : its nature and validity. *Systemic Practice and Action Research* 11(1): 9–21.
- Fogarty, T. J. (2017). Action research in accounting. In *The Routledge Companion to Qualitative Accounting Research Methods*., London and New York: Routledge, 231–49.
- Gardner, R., Snyder, W., & Zuguy, A. (2019). Amplifying youth voice and cultivating leadership through participatory action research. *Collaborative Research for Justice and Multi-Issue Movement Building* 27(54): 1–26.
- Iudícibus, S., Martins, E., & Carvalho, L.N. (2005). Contabilidade : aspectos relevantes. *Revista de Contabilidade e Finanças*. Mai-Ago 20(38): 7–19.
- Iudícibus, S., & Martins, E. (2015). Studying and researching theory: did the future arrive? *Revista Universo Contábil*: 06–24.
<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4772/2951>.
- Jordan, S. (2003). Who stole my methodology? Co-Opting PAR [1]. *Globalisation, Societies and Education* 1(2): 185–200.
- Kemmis, S. (2008). Critical theory and participatory action research. In *The SAGE Handbook of Action Research*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: SAGE Publications., 121–38.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG.
- Lodi, M. D. F.; Thiollent, M. J. M.; Sauerbronn, J. F. R. (2018). Uma Discussão acerca do uso da pesquisa-ação em administração e ciências contábeis. *Sociedade, Contabilidade e Gestão* 13(1).
- Lykes, M. B., & Mallona, A. (2008). Towards transformational liberation: participatory and action research and praxis. In *The SAGE Handbook of Action Research*. SAGE Publications. , 106–20.
- Reason, P., & Bradbury, H. (2008). *Action research: participative inquiry and practice*, 2.ed. SAGE Publication Ltda.
- Sauerbronn, J. F. R., Cerchiaro, I. B., & Ayrosa, E. A. T. (2011). Uma discussão sobre métodos alternativos em pesquisa acadêmica em marketing. *Revista Eletrônica Gestão e Sociedade* 5(12): 254–69.
- Da Silva Neto, A. F., Silva, J. D. G. da, & Gonçalves, R.de S. (2015). Contabilidade Aplicada ao setor público como mecanismo institucional estatal de melhoria da accountability. *REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade* 5(3): 93.
- Smith, L. T. (2007). On Tricky Ground. In *The Landscape of Qualitative Research* , 113–43.
- Stoudt, B. G. et al. (2019). Researching at the Community-University Borderlands: Using Public Science to Study Policing in the South Bronx. *Education Policy Analysis Archives* 27(56): 1–48.
- Thiollent, M. (1986). *Metodologia da pesquisa-ação*. 2. ed. Cortez: Autores Associados.
- Torre, M. E., Stoudt, B. G., Manoff, E., & Fine, M. (2018). Critical Participatory action research on state violence: bearing Wit(h)Ness Across Fault Lines of Power, Privilege, and Dispossession. In *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. SAGE

- Publications. 855–96. <http://link.springer.com/10.1007/s11229-017-1319-x>.
- Tripp, D. (2005). Pesquisa-Ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa* 31(3): 443–66.
- Wakeford, T., & Rodriguez, J. S. (2018). *Participatory action research: towards a more fruitful knowledge*. 1 ed. New York: The University of Bristol and the AHRC Connected.
- Warren, M. R., & Glass, R. D. (2019). Collaborative research and multi-issue movement building for educational justice: reflections on the Urban Research Based Action Network (URBAN).” *Education Policy Analysis Archives* 27(53): 1–15.
- Xavier, W.S., & Barros, A. N. de. (2017). Para além das métricas: o que faz uma academia qualificada? *Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade* 4(9): 390–427.